

Mestrado

COMO SE FAZ UM HERÓI REPUBLICANO: Joaquim Nabuco, o pan-americanismo e a República (1889-1910)

Luigi Bonafé

Tema

O tema que permeia a problemática da pesquisa aqui proposta é o da trajetória política de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) sob a República. Este projeto está situado, portanto, no campo de estudos das sempre “estretas e tensas relações entre intelectuais e política”.¹ Trata-se de entender como um homem público que se manteve visceralmente monarquista durante toda a década inaugural da Primeira República no Brasil tornou-se ator fundamental da reorientação estratégica da política exterior brasileira, tida aqui como parte do esforço de constituição de um projeto nacional republicano.

Antes de ser uma afirmação, o título deste projeto, “Como se faz um herói republicano”, representa a questão central da investigação. Nabuco reconhece o novo regime e converte-se a ele, ainda que pragmaticamente, na medida em que é também reconhecido como ator fundamental de sua consolidação. A partir desta constatação empírica² objetiva-se analisar, por intermédio do exemplo do ex-líder abolicionista, algumas das estratégias utilizadas pelo Estado para sagrar heróis identificados com a República. Instrumento precioso da “formação das almas”³ e, portanto, da legitimação do novo regime, a construção de mitos políticos foi objeto de expressivo investimento estatal, particularmente na encenação de *rituais de consagração*: festas, recepções, funerais etc. No dizer de João Felipe Gonçalves:

“Menos que consagrar tal ou tal personagem, o que se faz na Primeira República é um movimento geral de criação de heróis. Talvez um período sem um grande ‘pai’ simbólico como Pedro II ou Vargas seja particularmente interessante para enfatizar a necessidade de se compreender tal movimento de uma perspectiva mais ampla.”⁴

No caso específico do objeto desta proposta de pesquisa, esse tipo de operação simbólica envolveu a apropriação, em novos termos, de um *imaginário social* já consolidado. A “heroificação” de Nabuco como líder abolicionista e intelectual consagrado atesta a existência prévia de uma *comunidade de imaginação*⁵ em torno de sua figura, pelo menos no Rio de

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Projeto de mestrado aprovado em primeiro lugar, com nota dez, pela banca de História Contemporânea II, do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, apresentado no processo seletivo de 2003/2004.

¹ A expressão é de GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, v. 9, nº 17, p. 59-84, 1996. Na versão do texto de que disponho, obtido no *site* da revista em que foi publicado, o trecho da citação está na página 9. O endereço eletrônico acessado em 2 jan. 2004 foi <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>>.

² Esta hipótese resulta de reflexão já razoavelmente amadurecida a partir da pesquisa documental. Foi primeiramente explicitada em artigo sobre a correspondência entre Joaquim Nabuco e o barão do Rio Branco, escrito como relatório da bolsa de Iniciação Científica. Mais tarde, ademais, mostrou-se procedente numa primeira aproximação da questão da “heroificação” de Nabuco, desenvolvida na monografia (em fase final de redação). Cf. BONAFÉ, Luigi. A República e a diplomacia: o Brasil republicano nas cartas de dois monarquistas. *Primeiros Escritos*, nº 10, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/pdf/pe10-0.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2004; e: *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República (1889-1906)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Depto. de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, [2004]. Trata-se basicamente de encarar a conversão política de Nabuco como um processo, diferentemente do procedimento usual de tomar seu retorno à diplomacia (em 1899) como marco do abandono de uma postura monarquista. Num levantamento preliminar, apenas um autor da bibliografia sobre o herói abolicionista tratou explicitamente da sua conversão remetendo-a a um “longo período” (de 1899 e 1906). Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. Apresentação. In: NABUCO, Joaquim. *A abolição e a República*. Recife: Editora da UFPE, 1999. Finalmente, cabe mencionar frase de Nabuco em carta a Soares Brandão sobre o evento mencionado: “Foi sabendo-se de minhas idéias que fui convidado [pelo Presidente Campos Sales], e foi afirmando-as que aceitei”. Carta de Joaquim Nabuco a Soares Brandão, 8 de março de 1899 apud VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco, Rio Branco. Notas de Eduardo Portella et al. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981. p. 600. Esta última obra é uma reedição de três das mais famosas biografias escritas por Luís Viana Filho (entre elas a sua *Vida de Joaquim Nabuco*), acrescidas de notas e reunidas num volume único.

³ Esta expressão foi tomada emprestada de: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 135-161, 2000. A citação é da p. 157.

⁵ A inspiração teórica que informa nossa formulação do problema a partir destes dois conceitos é aquela desenvolvida em: BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

Janeiro e no Recife. Isto impunha um esforço de re-significação do mito do herói em novos termos, que deveriam ser necessariamente republicanos e mais amplamente difundidos.

Encarado desta perspectiva, o investimento do Estado na associação da figura pública de Nabuco com a República é indissociável do processo de sua conversão política. Constituem objetos centrais da reflexão proposta, portanto, cinco momentos estratégicos desses dois processos que só analiticamente podem ser separados: 1) o convite do governo Campos Sales a Nabuco para que este assumia o papel de árbitro do país na Questão de Limites do Brasil com a Guiana Inglesa;⁶ 2) a repercussão na imprensa brasileira, em 1904, dos resultados de sua primeira atuação pública em cargo republicano; 3) a sua posterior nomeação para o cargo máximo da recém criada Embaixada do Brasil em Washington, primeira representação brasileira no exterior com *status* superior ao de uma Legação (1905); 4) a recepção de Nabuco em sua volta ao país e os eventos relacionados à III Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro (em 1906, quando declara publicamente considerar que “A República é incontestável”⁷); e 5) os funerais de Nabuco nos Estados Unidos e no Brasil, em 1910.

Todos os momentos analíticos apresentados, à exceção do primeiro, estão compreendidos no período coincidente da atividade diplomática de Nabuco sob o novo regime e da gestão do barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. Uma das hipóteses da investigação é a de que o ano de 1906 constitui o marco final da conversão política do intelectual desse exemplo do processo de consagração de heróis republicanos que se está propondo analisar. Não por acaso, os eventos daquele ano evidenciam de maneira indelével a reorientação estratégica da política externa brasileira sob o comando do barão.⁸ É aí que está sendo definido o significado do pan-americanismo em termos de um projeto político de República que se afirmava,⁹ cujos principais executores são Rio Branco e o próprio Nabuco.

Algumas problemáticas secundárias atravessam a análise dos cinco momentos analíticos referidos acima: a nova situação política da República a partir do governo Campos Sales; a relação entre Nabuco e o barão do Rio Branco; os debates em torno do pan-americanismo e da Conferência de 1906; as várias manifestações populares e cerimônias de recepção por ocasião da volta de Nabuco ao país e, permeando todo o processo, a dinâmica do *círculo Rio Branco*¹⁰ construído em torno do Chanceler brasileiro e do Palácio Itamaraty — símbolo do Ministério das Relações Exteriores¹¹ e da projeção de uma imagem civilizada do Brasil no exterior desde a gestão do barão. Todas estas temáticas estão relacionadas entre si. Seu interesse para a investigação varia conforme a contribuição analítica que cada uma pode fornecer à consecução dos objetivos precípuos da pesquisa aqui proposta: compreender quando, como, para quê e para quem Nabuco torna-se herói da República.

Justificativa e Relevância

O interesse pela problemática apresentada de modo sistemático neste projeto tem sua origem nas atividades como bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Fui iniciado ao ofício de historiador através do projeto “Correspondência de historiadores: o IHGB nos inícios da República”.¹² A fonte e o objeto principais da investigação eram a correspondência de

⁶ Nabuco aceita assumir a função em março de 1899. Da perspectiva adotada aqui, cabe destacar dois fatos nem um pouco gratuitos: o convite de Campos Sales é posterior à consagração intelectual de Nabuco na capital da República; e seu aceite só ocorre no contexto da estabilização do país e do governo — posteriormente formalizada, em termos institucionais, através de um novo pacto federativo, conhecido pelo nome de *política dos governadores*. Renato Lessa chamou-o de *Modelo Campos Sales*. No novo arranjo político, implementado a partir de 1898, o governo era idealizado pelo presidente como “um ente despolitizado”, numa concepção oposta ao modo de fazer e conceber a política predominante no período anterior, tratado por Lessa como “A década do caos (1889-1898)”. A mudança de postura de Nabuco não pode ser descolada desses processos. Ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. As citações são das páginas 14 e 26.

⁷ O discurso pronunciado por Nabuco em banquete no Cassino Fluminense realizado em sua homenagem constitui, da perspectiva deste projeto, evidência do fim do processo de sua conversão política. Cf. NABUCO, Joaquim. “A República é incontestável”. In: ____, op. cit., p. 93-102.

⁸ A III Conferência Internacional Americana, de 1906, foi realizada no Rio de Janeiro e presidida por Joaquim Nabuco, então embaixador do Brasil nos EUA. Pela primeira vez um secretário de Estado norte-americano (Elihu Root, no caso) visitou outro país em missão diplomática. Para uma avaliação das conseqüências do encontro em termos econômicos, ver: BUENO, Clodoaldo. Da *Pax Britannica* à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*, v. 10, nº 20, p. 231-250, 1997.

⁹ O significado do pan-americanismo era objeto de intensas disputas nesse período. Em termos gerais, havia na época duas possibilidades de interpretação da questão, ambas referidas ao corolário Roosevelt à doutrina Monroe, de 1904, numa certa chave de leitura: a primeira ratificava e defendia seus termos (Rio Branco e o próprio Nabuco eram os principais representantes desta “vertente” no Brasil); a outra opunha-se a eles e advogava uma aliança sul-americana em oposição à hegemonia norte-americana sobre o continente (o principal diplomata brasileiro que se batia por este objetivo era Oliveira Lima). A literatura sobre a gestão de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores é farta e extensa, mas não cabe esgotá-la neste projeto. Para mais informações a respeito das questões mencionadas, ver: BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (especialmente os capítulos I e V); e MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997 (em especial o capítulo V).

¹⁰ Cf. GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 54. De acordo com a autora, o “círculo” diplomático do barão do Rio Branco foi “um dos *loci* de sociabilidade mais poderosos de então” (grifo no original). Voltaremos ao assunto.

¹¹ Cf. MOURA, Cristina Patriota de. *Rio Branco: a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 79.

¹² Este projeto da prof^a Angela de Castro Gomes estava vinculado ao Projeto Integrado “Os usos do passado: história, memória e intertextualidade”, coordenado pela prof^a Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro no âmbito do LABHOI/UFF e teve financiamento do CNPq entre 2001 e 2003.

oito membros desta instituição visceralmente identificada à figura imperial de D. Pedro II.¹³ Entre eles, Joaquim Nabuco e o barão do Rio Branco. Este diálogo epistolar foi objeto de uma aproximação inicial do tema que pretendo agora desenvolver em nível de Mestrado: o primeiro relatório anual da minha bolsa foi apresentado oralmente no 12º Seminário de Iniciação Científica da UFF, em 2002, e depois publicado no *site* do LABHOI.¹⁴

Posteriormente, como atividade final da bolsa de Iniciação Científica, tive oportunidade de aprofundar a reflexão inicialmente esboçada, desta feita como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A monografia¹⁵ perseguiu a mesma questão central deste projeto, mas evidenciou a necessidade de um investimento mais detido em uma série de aspectos do problema que não foi possível explorar nos limites de espaço e tempo daquele tipo de trabalho. Esta proposta de pesquisa é fruto, portanto, de elaboração teórica fundamentada no contato direto com as fontes e na constatação das insuficiências e limites da monografia, cujos Sumário e Resumo estão em anexo (ver Apêndices ao final do projeto).

Hoje em dia, qualquer estudo referido aos primeiros anos da República no Brasil já nasce dispondo de uma ampla gama de argumentos que atestam sua relevância. O desinteresse acadêmico pelo período é particularmente significativo no que tange às políticas institucionais do momento fundador de nossa experiência republicana. Em 1999, Renato Lessa teve oportunidade de reafirmar sua tese sobre a carência analítica de que se ressentiu o período mais longo da história institucional da República brasileira, em que pese o recente e “enorme interesse manifesto por historiadores”¹⁶ sobre alguns aspectos da época:

“O Brasil da Primeira República tem a fisionomia de uma outra sociedade, de uma outra história: nós não nos reconhecemos nesse passado (...) É como se não resultássemos, de alguma forma, daquele passado. Ignoro as razões de nosso desconhecimento (...) da Primeira República. (...) Desconfio que parte dessa lacuna se deva à superstição de que a experiência política e social da Primeira República é próxima a de uma sociedade simples (...). A ilusão da simplicidade deu curso à indigência analítica. Aqui pode estar uma das razões do desinteresse analítico (...): a sensação de que tudo já foi explicado.”

Cumprir então arriscar uma primeira (e breve) aproximação da literatura especializada, para evitar ratificar esta impressão enganosa. Faz-se imperioso, contudo, delimitar territórios e restringir os percursos. Os caminhos do mapa apontam claramente para os estudos de caráter especificamente histórico, cujo foco de análise recaia sobre temas do período pertinentes ao estudo da problemática aqui delineada. Mas, além disso, cabe delimitar um recorte mais cronológico para a exposição. Nesse sentido, pode ser inspirador o que Angela de Castro Gomes diz sobre os “estudos políticos” no Brasil:

“(...) é tão impossível compreender os movimentos da história e da ciência política no Brasil sem uma remissão aos debates interdisciplinares travados no nível internacional quanto sem uma clara referência ao impacto dramático trazido pelo restabelecimento do autoritarismo e da aberta repressão política, particularmente desde fins da década de 1960.”¹⁷

Posta então nestes termos, a primeira escala de nossa expedição deve ser a das reflexões relativas ao arranjo político-institucional da Primeira República e às respectivas oligarquias dirigentes. Uma viagem deste tipo dispõe de um guia precioso a apontar os primeiros caminhos, que é justamente um balanço historiográfico.¹⁸

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira destacam, no tocante a esta área de estudos em especial, que com o “movimento militar de 64 e a conseqüente impossibilidade de manutenção” da interpretação consagrada do modelo político da Primeira República “abriram-se espaços para análises inovadoras acerca da realidade brasileira”.¹⁹ Com relação aos aspectos que mais diretamente interessa destacar neste projeto, esta inflexão inaugurou um debate que “tem contribuído no sentido de permitir um melhor desenho do sistema oligárquico da Primeira República e de apontar para as complexidades do pacto”.²⁰ Nesse sentido, são centrais as obras de José Murilo de Carvalho²¹ e Maria de Lourdes Mônaco Janotti,²² mas um outro trabalho é especialmente caro à perspectiva de análise deste projeto.

¹³ Sobre o IHGB, cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, vol. 1, nº 1, p. 5-27, 1988.

¹⁴ Cf. BONAFÉ, Luigi. A República e a diplomacia: o Brasil republicano nas cartas de dois monarquistas. op. cit. A seção do *site* do LABHOI dedicada à publicação dos textos de seus membros é acessível pelo endereço eletrônico: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/escritp.htm>>.

¹⁵ Idem, *Como se faz um herói republicano*, op. cit.

¹⁶ LESSA, Renato. Nota introdutória à 2ª edição. In: _____, op. cit., p. 11-20. passim.

¹⁷ GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. op. cit. p. 9.

¹⁸ GOMES, A. de Castro; FERREIRA, M. de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 244-280, 1989.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 246-247.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 250.

O clássico *A invenção republicana*, de Renato Lessa, já citado anteriormente, fornece pistas interessantes para o entendimento do processo de conversão política de Joaquim Nabuco. Mais especificamente, o trabalho de Lessa pode servir para apontar uma relação estreita entre a adesão de Nabuco à República e a superação do que o autor chama de “a década do caos (1889-1898)”, através de um novo pacto federativo. Voltando sua investigação para o que considera as origens da ordem política republicana, o autor tem por objeto central de análise o papel da política dos governadores como elemento estabilizador do regime e da configuração institucional que inaugura, calcada numa ordem oligárquica.

Sugestivamente, a conclusão da obra de Lessa é explícita em apontar “que a República de Campos Sales possui maiores afinidades com o Modelo Imperial do que com os dez anos iniciais do regime inaugurado pelo golpe de 1889”. Além disso, diz o autor, o governo de “Campos Sales (1898-1902) tem como premissa uma proposta de institucionalização do regime, tomando por referência negativa não o Império, mas o experimento dos dez anos anteriores”. Por isso, ou talvez para isso, “os valores de Campos Sales desenham uma política nacional voltada para a pura administração, na qual a idéia tradicional de competição política aparece como inessencial e nefasta.” Uma concepção de governo, poderíamos acrescentar, que permitia até incorporar um monarquista como peça chave das funções do Estado.²³

Estendendo a análise de Gomes e Ferreira para o período posterior à publicação do balanço historiográfico mencionado acima, cumpre ainda chamar atenção para uma outra vertente de estudos sobre o tema que está em foco. Trata-se de uma produção recente e fecunda que floresceu principalmente a partir da década de 1990 no Brasil. Ainda que produzidos predominantemente por antropólogos, uma ampla gama de trabalhos acadêmicos tem se dedicado aos símbolos, alegorias, rituais, mitos e estratégias de consagração instrumentalizadas pelo nascente Estado republicano.²⁴

Diversas análises de ideologias políticas e de mitos políticos e científicos, segundo Angela de Castro Gomes, têm florescido recentemente no bojo de “uma grande reflexão sobre a construção da identidade nacional brasileira, o que não pode ser empreendido em disjunção ao processo de construção de nosso Estado Nacional”. No relativo à produção historiográfica sobre a Primeira República no Brasil, um trabalho já considerado clássico inaugurou uma certa linha de pesquisa no interior desta modalidade de estudos políticos.²⁵

²¹ São citadas duas obras deste autor: *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; e o artigo *As Proclamações da República*. *Ciência Hoje*, nº 59, p. 26-33, nov. 1989. Poderíamos acrescentar ainda *A formação das almas*, já anteriormente citado, que é de 1990 e incorpora versão ampliada do artigo publicado no ano anterior.

²² JANOTTL, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²³ As citações deste parágrafo estão em LESSA, op. cit., p. 223-226. Quanto à referência negativa relacionada ao imediato pós-Proclamação, há de se notar que a obra máxima de Joaquim Nabuco, em termos que poderíamos chamar (*a posteriori*) de historiográficos, é *Um Estadista do Império*. Este livro o consagrou definitivamente nos meios intelectuais do Rio de Janeiro. A primeira edição do primeiro tomo desta “trilogia” é de 1897. Através dela o intelectual monarquista fixaria uma visão positiva do Segundo Reinado a partir da biografia de seu próprio pai, o conselheiro Nabuco de Araújo. Ver: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Tese (Doutorado em História) — Depto. de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. (especialmente a Parte II). Relacionando o teor deste texto consagrado ao contexto de sua produção, parece óbvio supor a intenção do autor de contrapor aquela memória positiva do período final da Monarquia a uma impressão negativa dos primeiros tempos da República no Brasil. Mas, à luz das reflexões de Renato Lessa aqui tratadas, o sucesso de uma obra como esta também não pode ser automaticamente associado a uma “vitória” da interpretação dos monarquistas em termos da memória nacional, como poderia ser o caso se a reflexão tomasse por base a tese desenvolvida em OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As festas que a República manda guardar*. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 172-189, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/55.pdf>>. Acesso em 05/01/2004. Existem outras possibilidades de análise desta problemática. Ver, por exemplo, numa dimensão menos particular do que a deste projeto (enfocado sobre apenas um intelectual), a pesquisa de Angela de Castro Gomes, ainda em andamento e da qual participei como bolsista de Iniciação Científica, “Correspondência de historiadores: o IHGB nos inícios da República”. A investigação, neste caso, é dedicada principalmente ao período em que o IHGB foi palco de intensos debates a respeito de como escrever a história (então) recente do Brasil. No mesmo momento em que passava por dificuldades financeiras, esta instituição de tradição imperial se via às voltas com a questão de escrever uma história do Brasil “republicana” que não negasse, contudo, a Monarquia (e os monarquistas que compunham seu quadro de sócios). Ou seja: voltando ao nosso caso, parece adequado então buscar compreender a trajetória bem sucedida da obra nabuqueana a partir de uma dinâmica própria dos lugares de consagração intelectual, atentando para as relações nem mecânicas, nem diretas, entre essa dimensão e a da política nacional *stricto sensu*, num movimento analítico cujos resultados dificilmente ratificariam a tese de Lúcia Lippi anteriormente referida. Voltaremos a ela.

²⁴ Não há espaço para listar exaustivamente estes trabalhos, nem seria possível contemplar pretensão desta ordem num projeto de pesquisa. Mas vale citar, dentre eles, alguns dos que apresentam interesse mais imediato para a pesquisa aqui proposta. Ver, por exemplo: ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996 (que não é exclusivamente dedicado, no entanto, à Primeira República); CARVALHO, op. cit.; BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995; GONÇALVES, op. cit.; e OLIVEIRA, op. cit.

²⁵ Trata-se do já referido *A formação das almas*. Antes da publicação da obra de José Murilo de Carvalho, contudo, Lúcia Maria Lippi Oliveira desenvolveu uma interpretação polêmica acerca da disputa simbólica entre monarquistas e republicanos após a Proclamação. Esta reflexão também é pertinente à problemática da pesquisa aqui proposta, mas não cabe desenvolvê-la mais detidamente. Cumpre apenas resumir muito brevemente a tese da autora. A partir da premissa de que as revoluções demandam a evocação de um tempo remoto onde fixar a legitimidade do novo regime, a autora identifica uma disputa entre monarquistas e republicanos pela construção dessa memória nacional. Conclui que o novo universo simbólico que se construiu foi incapaz de trazer a legitimidade da República perante a nação. Em vez disso, Lúcia Lippi considera que “os historiadores monarquistas foram mais competentes” em fixar uma memória positiva do Império como “garantidor da unidade nacional” em detrimento dos anos iniciais da experiência republicana, embora não tenham sido bem sucedidos na empreitada de restaurar a monarquia. Nas próprias palavras da autora, “a interpretação dos intelectuais monarquistas (...) foi vitoriosa e deixou marcas que se prolongam até hoje.” Ver OLIVEIRA, op. cit. As citações são da p. 15, na versão eletrônica do texto.

Em *A formação das almas*,²⁶ o tema da investigação de José Murilo de Carvalho é o das estratégias mobilizadas na tentativa de legitimar a República. Identificando “três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime”, o autor centra sua análise no estudo da “batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológica e política (...) pelo imaginário popular republicano”. São discutidos o conteúdo dos principais símbolos mobilizados na disputa e a sua eficácia em legitimar o novo regime.²⁷

Carvalho conclui que fracassaram os esforços das várias correntes republicanas em criar um imaginário popular correspondente. Mas o que nos interessa destacar é que, a partir do referencial teórico de Bronislaw Baczko, o autor explica os motivos de tal “derrota” a partir da inexistência prévia de uma comunidade de sentido,²⁸ reflexo da “ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime”. Mais do que isso, afirma que os poucos êxitos se deveram “a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos”,²⁹ como no exemplo da bandeira e, particularmente, do hino, que Carvalho tributa inclusive a um vitória popular.³⁰ Esta perspectiva de análise pode nos indicar não só uma referência teórica profícua como também uma primeira reflexão sobre a relação entre a apropriação, sob a República, do mito do herói abolicionista associado a Nabuco e a necessidade de instrumentalizar uma comunidade de sentido já estabelecida.

Há um pressuposto, implícito na análise de José Murilo de Carvalho, de que o povo era, *grosso modo*, monarquista. Uma apropriação das pistas apontadas em sua obra pode ser útil para a reflexão da pesquisa aqui proposta, se atentarmos para essa premissa do autor. Algumas sutilezas do exemplo da heroificação de Nabuco em termos republicanos podem ser assim relevadas, caso o ponto de partida analítico seja o questionamento sobre se a memória da Abolição estaria remetida ou não a uma tradição imperial. Este procedimento conduz a pensar a maneira como a República teria lidado com esse legado, no caso particular do ex-líder abolicionista que nos interessa.

Outro aspecto da implementação da ordem republicana não contemplado especificamente naquele balanço historiográfico que nos está servindo de guia de expedição é o relativo à política externa na Primeira República. Dada a centralidade deste tema para os termos em que está posta nossa reflexão, faz-se imperioso adentrar também este território.

O primeiro registro a fazer sobre o campo refere-se ao seu caráter exemplar em termos de “indigência analítica”, para utilizar a feliz expressão de Renato Lessa anteriormente citada. O que os historiadores brasileiros dispensam à política externa da Primeira República no Brasil, *grosso modo*, é um silêncio quase absoluto. Evidenciam este argumento duas das mais recentes obras acadêmicas que se ocuparam de refletir sobre as quatro primeiras décadas de nossa experiência republicana numa perspectiva mais totalizante. Na *História Geral da Civilização Brasileira*, o capítulo sobre a política externa brasileira entre 1889 e 1930 é de autoria de um brasilianista.³¹ Na recente obra *O Brasil Republicano* sequer há um capítulo dedicado ao assunto, não obstante o amplo leque de temas pouco comuns que estão ali contemplados em artigos de qualidade.³²

Apesar desta lacuna abissal na historiografia, a gestão do barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem despertado o interesse dos estudiosos de muitas outras áreas. O barão foi Ministro da República durante quatro governos diferentes, entre 1902 e 1912, quando morre. À sua imagem consagrada de desenhista das fronteiras nacionais³³ somaram-se louvores sempre reatualizados³⁴ a suas principais “inovações” em termos do planejamento da política externa brasileira. Além destes, porém, interessa identificar na literatura especializada um outro aspecto da glorificação de Rio Branco, que tem a ver com a memória construída e divulgada acerca da atividade diplomática de Nabuco sob a República.

O barão foi muito bem sucedido em criar no Itamaraty uma elite de diplomatas com valores e aptidões adequados à projeção de uma imagem civilizada do país no exterior. Mas o que interessa reter é que no *mito de origem* mais recorrente entre os membros do Corpo Diplomático brasileiro, é atribuída ao barão a responsabilidade por vislumbrar uma nova correlação de forças em âmbito geopolítico mundial. Neste sentido, o alinhamento com os EUA e o deslocamento do eixo das relações internacionais brasileiras da Europa para a América é visto como obra de um estrategista exemplar da diplomacia.

²⁶ CARVALHO, op. cit.

²⁷ Idem, ibidem, p. 9. Todas as citações do parágrafo são desta página.

²⁸ O conceito de *comunidade de sentido* é central na análise empreendida pelo autor. A obra de Baczko citada por José Murilo de Carvalho é *Les imaginaires sociaux: mémoire et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984. Vale contudo acrescentar, do mesmo autor, o verbete *Imaginação Social*, op.cit.

²⁹ Carvalho, op. cit., p. 141.

³⁰ De acordo com Carvalho, a vitória dos positivistas na disputa intensa em torno da bandeira nacional se deveu à incorporação de elementos da tradição imperial, enquanto que no caso do hino a vitória da tradição teria sido completa, pois manteve-se o hino monárquico. Ver Carvalho, op. cit., cap. 5.

³¹ BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 2: sociedade e instituições (1889-1930). Capítulo XI: p. 377-400. (*História geral da civilização brasileira*, 9).

³² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

³³ Para uma análise didática e sintética do prestígio conquistado pelo barão ao longo de várias vitórias como advogado do Brasil em questões de limites, ver: GOMES, Angela de Castro. *Através do Brasil: o território e seu povo*. In: ____; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 157-197.

³⁴ Cf. MOURA, Cristina Patriota de. Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 81-101, 2000.

Joaquim Nabuco, por seu turno, é tratado, num permanente processo de reconstrução da memória institucional do MRE, como o principal executor do pan-americanismo consolidado durante a gestão de Rio Branco. Em 1905 é criada em Washington a primeira Embaixada brasileira no exterior. Recém derrotado no arbitramento entre o Brasil e a Inglaterra acerca da fronteira entre o território nacional e as posses coloniais inglesas da Guiana Britânica, Nabuco vê reconhecido seu trabalho como árbitro brasileiro na questão: além de ter sua atuação saudada efusivamente na imprensa nacional, recebe imediatamente o convite do barão para assumir o posto de Embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

No entanto, a avaliação mais comum de seu papel na implementação da política pan-americana do barão do Rio Branco é relativamente negativa. O primeiro embaixador da história diplomática brasileira é visto quase sempre como um “idealista”. Esta interpretação é amplamente difundida, recorrente, nada gratuita e deita raízes em opiniões de contemporâneos de Nabuco.³⁵ Ela é feita por oposição a uma caracterização muito bem construída, consolidada e reeditada do barão como um chanceler sempre pragmático e, no caso do alinhamento com os Estados Unidos, muito mais realista do que seu principal agente.³⁶ Da perspectiva deste projeto, esse tipo de memória legitimado pela literatura acadêmica é útil para pensar a dinâmica do “círculo Rio Branco” e o peso da figura do barão nas análises sobre seu mais famoso colega de profissão.

Os estudos dedicados a Joaquim Nabuco raramente tratam de qualquer aspecto de sua trajetória política que não seja relativo à campanha abolicionista.³⁷ No relativamente pequeno conjunto de trabalhos que trata especificamente da atividade diplomática de Nabuco sob a República, a contribuição de historiadores de ofício tem sido nula, ou muito próxima disso. Os investimentos mais significativos nesse sentido são provenientes de membros do próprio Corpo Diplomático brasileiro. Se em geral predomina, nesta produção, um tom laudatório, algumas contribuições são contudo importantes.

A principal delas, no que se liga diretamente aos nossos interesses imediatos neste projeto, é a reflexão de Vamireh Chacon. Analisando o que chama de a *Realpolitik* de Rio Branco e Nabuco, este autor desvincula-se da oposição idealismo/realismo característica da maioria das análises sobre o pan-americanismo do Chanceler e de seu embaixador. Nesse sentido, esvazia nossas próprias reflexões de qualquer pretensão à originalidade, ao passo que abre o precedente para uma análise mais fina da questão.³⁸

Mas, de tudo o que foi dito nesse breve balanço bibliográfico, o que mais impressiona é o fato de uma questão tão plena de relevância e complexidade ter sido até hoje negligenciada pela maioria dos historiadores brasileiros. Diante desse quadro, cabe perguntar sobre os motivos do silêncio. A primeira chave para o entendimento da questão reside, sem dúvida, nos paradigmas da própria historiografia. No dizer de Angela de Castro Gomes:³⁹

“No que se refere à história política, também no Brasil a tradição historiográfica é fortemente marcada por uma produção de história político-administrativa, com o domínio de uma narrativa povoada de acontecimentos, grandes vultos, batalhas etc. Em oposição a essa ‘velha história’, que se transformou, a partir da crítica e da prática da escola dos *Annales*, na síntese de todos os males da disciplina, (...) se desenvolveu uma ‘outra’ história, que se caracterizou por ser econômico-social e voltada para as estruturas, os atores coletivos, as metodologias quantitativas etc. (...) os períodos de tempo mais estudados eram os da Colônia e do Império (logo, uma classificação ‘política’), havendo bem menos interesse pela República. Nada de especial, por conseguinte, em relação ao que ocorria em outras experiências historiográficas, como a francesa, que sempre foi de especial importância para a produção intelectual dos historiadores nacionais.”

³⁵ Ver, por exemplo: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*. Org. por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 114-5 apud BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república*. op. cit. p. 164 (nota 383).

³⁶ Para citar só os exemplos mais recentes, que ilustram a recorrência e a permanente reafirmação destas visões, ver, por exemplo: MAGNOLI, Demétrio, op. cit., p. 214., onde o autor sustenta que “(...) a idéia segundo a qual o Barão partilhava do entusiasmo de Joaquim Nabuco pelo alinhamento incondicional com os Estados Unidos não faz justiça à sutileza e aos matizes imprimidos por Rio Branco ao relacionamento com Washington”; e mais recentemente: BUENO, op. cit., 2003. À página 164 desta obra, Clodoaldo Bueno, historiador consagrado da política externa brasileira, é enfático: “(...) Nabuco (...) fez ampla pregação a favor da aproximação dos dois países. O chanceler reconhecia o peso dos Estados Unidos, mas concebia essa aproximação com mais realismo do que seu embaixador (...)”.

³⁷ Algumas exceções, contudo, são dignas de nota. Elas estão todas listadas na bibliografia básica deste projeto (os seus títulos deixam claro os objetos de cada uma, em termos cronológicos). Mas uma em especial merece menção, não só por ter sido elaborada no âmbito do PPGH da UFF como por ser mais recente que todas as outras encontradas e tratar da obra intelectual de Nabuco, distintamente do que está sendo aqui proposto. Ver: SALLES, op. cit.

³⁸ CHACON, Vamireh. “Nabuco e a política externa do Brasil”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. *Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o diplomata*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71). p. 11-17.

³⁹ GOMES, Angela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* op. cit. p. 9. Para uma apreciação obrigatória ao entendimento da dinâmica internacional (francesa) desse movimento historiográfico que por muito tempo negligenciou a dimensão da “política”, e especificamente da política externa, ver também RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003 (especialmente os textos do próprio Rémond, Uma história presente, p. 13-36; e de Pierre Milza, Política interna e política externa, p. 365-399).

Durante muito tempo, fazer história política foi considerado, portanto, uma tarefa menor, condenável, assim como era negligenciado o estudo de nossa história republicana. Em sintonia com o que predominava na França, essa orientação teórica explica, no relativo a um bom período de tempo, a carência da produção historiográfica brasileira sobre a política externa da Primeira República. A partir, contudo, do final dos anos 1960 e início da década de 1970, ocorre, nas palavras da autora, “o que tem sido chamado de o ‘retorno’ da história política”.

No caso dos estudos de “historiadores políticos” sobre política externa, Pierre Milza⁴⁰ nos fornece uma análise interessante do caso francês, cuja influência sobre a historiografia brasileira tem sido há muito tempo predominante. Milza identifica, mais ou menos no mesmo período em que Gomes situou a revigoração dos estudos de história política no Brasil, uma tendência majoritária na “escola francesa da história das relações internacionais”. De acordo com o autor, desde os anos 60 o “fator externo não parou de ganhar terreno” entre historiadores políticos franceses, a partir do impulso da sociologia, da ciência política e da escola das relações internacionais contemporâneas. O interesse teórico que os une, segundo Milza, é dirigido ao estudo das relações “entre as escolhas de política interna e as que se supõe ligadas aos assuntos externos”.

Surpreendentemente, contudo, o exemplo francês não rendeu muitos frutos do ponto de vista do interesse dos historiadores brasileiros sobre esse tipo de relação nos primórdios da República no Brasil. Nos últimos anos, o único historiador com alguma projeção acadêmica que se dedicou a estudar temas da política exterior da Primeira República no país foi Clodoaldo Bueno. Voz quase solitária na historiografia sobre o assunto durante a década de 1990, Bueno publicou duas obras relativas a este aspecto dos primórdios da experiência republicana brasileira.⁴¹ Não esteve entre seus interesses analíticos, no entanto, relaciona-lo às “escolhas de política interna”.

Grande parte da relevância da pesquisa aqui proposta reside no fato de que a investigação sobre como Joaquim Nabuco foi feito herói republicano passa necessariamente, nos termos em que foi apresentada neste projeto, por uma reflexão relacional acerca do pan-americanismo e da montagem do pacto oligárquico da Primeira República. Isso significa uma incursão por território inóspito e quase desértico da historiografia brasileira. Mas como todo deserto, esse também tem seus oásis. Adotar a orientação teórica que Pierre Milza identifica na matriz francesa de nossa tradição disciplinar pode indicar um bom caminho. Cabe ressaltar, contudo, que não pretendemos suprir a lacuna historiográfica sobre a política externa da Primeira República. Este tema só apresenta interesse para a pesquisa aqui proposta na medida em que serve a dois objetivos bem específicos: 1) problematizar aquela produção, estranha ao domínio da História, sobre a gestão do barão do Rio Branco, em especial o juízo de valor que engendra, relativo à atuação de Nabuco na promoção do pan-americanismo; 2) compreender as relações entre a política externa implementada no período e o projeto nacional republicano que se inaugurava.⁴²

Viabilidade, Fontes e Discussão Conceitual (e Metodológica)

Duas décadas atrás, não é difícil supor que um projeto de pesquisa dedicado aos mesmos objetos da proposta de investigação aqui apresentada dificilmente seria selecionado para um curso de Mestrado em História sediado no Brasil. Corresse o ano de 1982, quando nasci, seria arriscado propor um estudo histórico dedicado aos poucos anos finais da trajetória política de um intelectual liberal, membro das elites aristocráticas imperiais, diplomata e, principalmente, herói nacional.

Passados os 21 anos que distinguem a dimensão da angústia do historiador principiante daquela sentida pelo recém-nascido diante do seu primeiro contato com os sons e luzes do mundo extra-uterino, muita coisa mudou na disciplina histórica. Ainda persiste em grande parte das sínteses historiográficas atuais aquela caricatura do historiador “positivista” de antes dos anos 30, cavalo de batalha dos *pais fundadores* da *École des Annales* no mito de origem de nossa tradição teórica. A história política, no entanto, assumiu nos últimos tempos um ímpeto renovador de tal modo bem sucedido que hoje é perfeitamente viável propor uma pesquisa como esta ao principal programa de pós-graduação em História do país.

Não obstante a incorporação de novos conceitos, esta renovação da história política também significa a conformação de novos procedimentos analíticos. Portanto, a argumentação sobre a viabilidade de uma investigação como esta que propomos não pode prescindir de uma discussão metodológica (embora o edital do processo seletivo só o exija para os projetos de doutorado). Ela será aqui esboçada a partir da articulação da discussão conceitual com a apresentação das principais fontes da pesquisa. O que se quer demonstrar é como o referido movimento de renovação da história política pode fornecer instrumental teórico consistente e útil para nossa abordagem de objetos antes condenados pela maioria dos historiadores.

⁴⁰ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, op. cit., p. 365- 399. Todas as citações que se seguem neste parágrafo são da p. 366.

⁴¹ *A República e sua política exterior* é de 1995, e trata justamente do período compreendido entre a Proclamação e a posse do barão como Chanceler da República. A segunda obra referida estabelece uma seqüência cronológica com a primeira. Dedicar-se ao que o autor chamou, sintomaticamente, de “os anos de apogeu”, entre 1902 e 1918. Ver BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995; e BUENO, *Política externa da Primeira República*. op. cit., que é de 2003.

⁴² Um estudo mais detido sobre o *círculo Rio Branco*, por exemplo, pode fornecer algumas pistas nesta direção: grande parte dos intelectuais deste *lugar de sociabilidade* identificado por Angela de Castro Gomes em torno do Ministério das Relações Exteriores foi monarquista nos primeiros anos da República. Ver GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. op. cit. p. 54.

Contudo, devido às restrições críticas do edital quanto ao tamanho dos projetos de mestrado, tal procedimento expositivo torna imperioso privilegiar algumas fontes (e os conceitos pertinentes para sua análise) em detrimento de outras. Por isso, serão abordados apenas três conjuntos documentais fulcrais do projeto e as discussões teórico-metodológicas correspondentes.

O primeiro tipo de fonte que pode ser utilizado na investigação aqui proposta é a correspondência particular. Boa parte da produção epistolar de Joaquim Nabuco está publicada.⁴³ Além disso, os conjuntos documentais da correspondência ativa e passiva de Nabuco com o barão do Rio Branco localizados no Rio de Janeiro e no Recife estão todos transcritos e organizados em bancos de dados.⁴⁴

O trabalho de investigação a partir da produção epistolar foi iniciado durante a Iniciação Científica e continuado na monografia. Apesar de difícil (ou talvez por isso mesmo), ensejou não só uma profunda familiaridade com parte significativa das fontes do projeto ora apresentado como também uma prática de pesquisa bastante proveitosa diante dos curtos prazos disponíveis para a finalização do mestrado e, conseqüentemente, para o mapeamento e fichamento das fontes.⁴⁵ Além disso, propiciou ainda um primeiro contato com uma discussão teórica e uma perspectiva de análise férteis do ponto de vista de algumas das questões pertinentes a este projeto.

Na monografia, o diálogo epistolar entre Nabuco e Rio Branco foi utilizado basicamente como fonte para discutir questões relativas à visão do primeiro sobre os primeiros anos da República no Brasil e ao arbitramento em que atuou como advogado do país contra a Inglaterra. No mestrado, contudo, poderia servir a uma reflexão sobre a inserção de Nabuco no “círculo Rio Branco” anteriormente mencionado, a partir de uma perspectiva de análise que toma a correspondência como *lugar de sociabilidade*.⁴⁶

A correspondência oferece, assim, uma via de acesso específica à história política de intelectuais. Situado “no cruzamento das histórias política, social e cultural”⁴⁷, este campo relativamente autônomo da disciplina histórica tem muito a dizer daquela história política revisitada mencionada acima. No que tange aos conceitos mais centrais para a reflexão desenvolvida neste projeto, contudo, cumpre acrescentar a esta renovação da história política um outro movimento, à primeira vista paralelo àquele, mas que converge para o tipo de análise que nossa investigação se propõe a contemplar.

Trata-se da aproximação das abordagens dos historiadores com as dos antropólogos, que tem produzido resultados surpreendentemente perenes. O lugar deste diálogo está situado, por definição, no território da história cultural. Cabe reter como ela é heterogênea, mas cumpre igualmente assinalar as vantagens deste contato interdisciplinar no que se refere à nossa análise. Tentaremos demonstrar este argumento a partir da articulação das discussões de conceitos da Antropologia com a apresentação das fontes da pesquisa proposta cujas características se adequam a este tipo de abordagem.

O outro movimento que se quer destacar tem mais a ver com a própria dinâmica “interna” da história política, beneficiada pela incorporação e reelaboração de questões provenientes de múltiplas referências disciplinares. No caso dos estudos de intelectuais, trata-se da própria constituição do campo, mais do que de sua renovação — já que, como afirma Sirinelli, as abordagens históricas do meio intelectual estiveram durante muito tempo “no ângulo morto da pesquisa”.⁴⁸ O aspecto específico que nos interessa abordar não se vincula normalmente aos trabalhos sobre intelectuais, mas constitui um exemplo do segundo movimento cujos resultados são aproveitados na abordagem desenvolvida neste projeto. Nas palavras de Jorge Ferreira, trata-se do deslocamento do “tradicional enfoque de descrever meros acontecimentos próprios da esfera do poder”, voltando-se para “o estudo de imagens, símbolos e mitos que permitem às sociedades interpretar sua realidade social e refletirem sobre a legitimidade do poder que as rege — ou, então, desqualificar esse mesmo poder”.⁴⁹ A discussão

⁴³ No que se refere aos correspondentes de Nabuco que nos interessam, os documentos em questão foram reunidos por sua filha Carolina em: NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos* (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v.

⁴⁴ Tratam-se de fontes inicialmente levantadas para o projeto “Correspondência de historiadores: o IHGB nos inícios da República”, anteriormente mencionado. Os originais armazenados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, foram levantados por mim, mas a cópia dos que estão sob a guarda do Arquivo Joaquim Nabuco da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, coube a Márcio Vilela. A prof^a Angela de Castro Gomes, responsável pela bolsa e pelos bancos de dados das transcrições, gentilmente nos franqueou a utilização destes documentos, em grande parte inéditos e de todo modo preciosos, pois constituem diálogos epistolares que raramente se consegue reunir, devido à sua dispersão.

⁴⁵ Para o levantamento de todas as outras fontes que serão mencionadas adiante também dispomos de meios para agilizar a execução do trabalho documental: um computador pessoal portátil e uma câmera fotográfica digital. Por isso o cronograma do projeto prevê apenas 4 meses para essa tarefa.

⁴⁶ Sobre essa noção, ver: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, op. cit., p. 231-269., onde é discutida a dupla acepção do conceito de *sociabilidade*, relativo a “microclimas” e a “redes” que estruturariam grupos de intelectuais por meio de vínculos organizacionais e/ou afetivos. Para as várias maneiras de utilizar cartas e telegramas como fonte ou objeto de reflexão ver, por exemplo: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*. Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, v. 10, n° 19, p. 41-66, 1997; GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: _____ (org.), *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV / Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 2000. p. 13-47.

⁴⁷ SIRINELLI, op. cit., p. 232.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

conceitual a partir dos conjuntos documentais mais importantes da pesquisa proposta vai esclarecer a relação entre o aparato teórico que ela mobiliza e esses dois movimentos historiográficos destacados acima.

O segundo conjunto de fontes a explorar durante o mestrado não foi utilizado na monografia. Trata-se de uma seleção de artigos fac-similar da *Revista Americana*, recentemente publicada.⁵⁰ Editada entre 1909 e 1919, a revista tinha por objetivo precípuo divulgar as idéias de figuras representativas da intelectualidade americana (não confundir com norte-americana) como “primeiro passo para uma aproximação política cordial e inteligente”.⁵¹ No que concerne à problemática deste projeto, esta publicação permite vislumbrar os principais debates travados pelos contemporâneos de Nabuco em torno do pan-americanismo. Numa primeira abordagem desses documentos, é possível identificar, entre os artigos da Parte I do livro publicado (“As duas Américas”), contribuições de alguns dos principais protagonistas daquele debate no Brasil.

Num exemplo, as divergências explícitas entre Oliveira Lima, de um lado, e Joaquim Nabuco e Rio Branco, de outro, constituem rico material de análise do pan-americanismo como parte de um projeto nacional republicano. Essa perspectiva é tributária daquela tendência vista por Pierre Milza como renovadora da história política dedicada ao estudo das relações entre assuntos de política externa e suas implicações e motivações internas. Nesse sentido, e tendo como ponto de partida as diferentes visões de alguns dos principais diplomatas brasileiros do período acerca de questões como a Doutrina Monroe ou a história comparada do Brasil, da América Latina e da América do Norte,⁵² é possível ver intelectuais disputando diferentes projetos políticos para o país e a República, que nos interessam à medida em que iluminam a trajetória política de Nabuco e a do próprio regime.

O terceiro conjunto documental que cabe apresentar aqui é o mais importante, e por isso foi deixado para o final. Ele é composto basicamente de notícias de jornal relativas aos cinco “momentos analíticos” esquematizados na primeira parte deste projeto. Em sua maioria reunidas no Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro), elas integram um acervo aparentemente constituído por determinação do próprio barão do Rio Branco durante o período em que foi Ministro das Relações Exteriores.⁵³ Dentre estas notícias de jornal, as referentes a dois daqueles cinco momentos analíticos guardam relação direta com a questão central deste projeto, e portanto são objeto da discussão conceitual que encerra esta parte da nossa proposta de pesquisa.⁵⁴

Fontes não falam por si. Para fazê-las responder à questão construída pelo historiador é necessário que este adote procedimentos teórico-metodológicos adequados a seus interesses analíticos. No nosso caso, quatro conceitos centrais da história cultural e de uma vertente da história política são particularmente importantes: ritual, mito, herói e imaginário social.

Para Mircea Eliade, “o mito”, nas sociedades “arcaicas e tradicionais”, “conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’”. Entre os nativos de uma tribo, “a principal função do mito consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas (...)”. Longe de ser uma fabulação, “o mito fala apenas do que *realmente aconteceu*”.⁵⁵ Contudo, ressalta o autor, “alguns ‘comportamentos míticos’ ainda sobrevivem sob os nossos olhos. Não que se trate de ‘sobrevivências’ de uma mentalidade arcaica. Mas alguns aspectos e funções do pensamento mítico são constituintes do ser humano”.⁵⁶ Do ponto de vista deste

⁴⁹ Cf. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 15. Os autores mencionados como indicações teóricas deste tipo de história política revisitada são Bronislaw Baczko, Raoul Girardet e Pierre Ansart. Os dois primeiros serão utilizados também nas reflexões da pesquisa aqui proposta, caso ela seja aceita.

⁵⁰ REVISTA Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Brasil 500 anos)

⁵¹ FRANCO, Alvaro da Costa. Apresentação. In: REVISTA Americana, op. cit., p. 11.

⁵² Os artigos da *Revista Americana* que mais parecem nos interessar e estão na publicação fac-similar mencionada são, a princípio: “A parte da América na Civilização” e “A aproximação das duas Américas”, de Joaquim Nabuco; “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”, do barão do Rio Branco; e “América Latina e América Inglesa ou a Evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana”, de Oliveira Lima.

⁵³ Esta produção deliberada de um acervo de memória mereceria uma discussão mais aprofundada, que contudo não temos espaço para desenvolver. Interessa apenas referir que tal conjunto está localizado na parte dedicada aos “Papéis Oficiais” do Arquivo Particular do barão do Rio Branco, sob o título de “NOTÍCIAS DE JORNAIS BRASILEIROS SÔBRE A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL NA GESTÃO DO BARÃO DO RIO BRANCO”, e que é composto de 135 volumes encadernados. Cf. NAPOLEÃO, Aluizio. *Arquivo Histórico do Itamaraty: catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco*. 2ª ed. s.l.: MRE/Departamento de Administração/Seção de Publicações, 1967. Além das notícias de jornal aí reunidas, há também a possibilidade de consulta aos acervos da Biblioteca Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa, já consultados para a monografia. Os periódicos de maior interesse para o estudo da trajetória política de Nabuco sob a República, identificados neste primeiro levantamento, foram *O Malho*, o *Jornal do Comércio* e a *Revista da Semana*. No caso destes dois últimos, a cobertura dos eventos que nos interessam constitui também uma ampla gama de fontes iconográficas úteis à nossa reflexão. Acrescente-se a isso a publicação de uma seleção de fotos do Arquivo Joaquim Nabuco, no Recife: INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Iconografia de Joaquim Nabuco*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: IJNPS/MEC/DAC, 1975. Aproveitar essa possibilidade de pesquisa exigiria, contudo, uma discussão teórica sobre este tipo de fonte, que ainda não dominamos.

⁵⁴ Diante dessa opção, que implica também exclusões, não poderão ser aqui apresentadas com mais rigor as fontes relativas a um momento fundamental da heroificação de Nabuco em termos republicanos, que é o ano de sua morte e das cerimônias e homenagens fúnebres que lhe são dispensadas nos Estados Unidos e no Brasil. Vale a pena, contudo, indicar uma referência a respeito, cujo título resume seu interesse para nossa reflexão: GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. op. cit.

⁵⁵ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 11 (grifos no original).

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 157.

projeto interessa particularmente analisar o mito do herói. Sua função política nas sociedades contemporâneas já foi resumida por José Murilo de Carvalho:⁵⁷

“Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. Embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais. Mas o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas.”

São dois os momentos analíticos que melhor ilustram a utilidade desses conceitos na investigação da questão central deste projeto. O primeiro deles se concentra na cobertura dispensada pelos jornais brasileiros aos resultados da atuação de Nabuco como advogado do Brasil contra a Inglaterra. O laudo arbitral, em 1904, dividiu ao meio a soberania sobre a área disputada nesta questão de limites entre o território nacional e a Guiana Inglesa. Nos editoriais e notícias da imprensa brasileira a respeito, inicialmente consultados para a pesquisa da monografia,⁵⁸ foi possível identificar a construção da imagem de Joaquim Nabuco como modelo de personalidade, de caráter, de patriotismo, de estadista e de intelectual. Na pesquisa de mestrado que se pretende desenvolver cumpre então investigar como esse modelo exemplar de herói vivo foi instrumentalizado pela República.

O segundo momento analítico que se quer desenvolver mais detidamente ilustra com clareza o procedimento metodológico escolhido para investigar esta questão. Em meados de 1906, Nabuco vem ao Brasil tomar parte nos eventos relacionados à III Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro. Antes de chegar à capital da República, no entanto, o primeiro embaixador brasileiro nos EUA passa pelo Recife e pela Bahia. Em sua viagem de volta ao posto diplomático no exterior, após o término do Congresso, ainda faz escalas em São Paulo e Minas Gerais. Nos cinco estados brasileiros por onde passa naquele ano, o ex-líder abolicionista é recebido por autoridades e populares em cerimônias públicas fartamente noticiadas pela imprensa do Rio de Janeiro.⁵⁹ Na pesquisa aqui proposta elas serão vistas como *rituais* que servem à consagração do herói. De uma perspectiva típica da antropologia, os rituais não são acontecimentos corriqueiros:

“(…) são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos. (...) Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, mas não totalmente desprovidos de estrutura e propósito se o olhar do observador foi previamente treinado nos rituais. (...) rituais e eventos críticos de uma sociedade ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam o que já é usual nela (...)”⁶⁰

De acordo com o relato (biográfico) de Viana Filho, Nabuco é sempre referido, nestes eventos especiais, à sua luta pela abolição da escravidão no Brasil.⁶¹ A análise das notícias de jornais a respeito é uma das maneiras de responder à questão central da pesquisa proposta, relativa aos procedimentos simbólicos utilizados para fazer do herói abolicionista um modelo exemplar adequado ao panteão cívico da República.

Já foi antes mencionado o estudo de José Murilo de Carvalho sobre alguns dos primeiros símbolos que a República tentou difundir para se legitimar. Uma das principais conclusões do autor é a de que os esforços do novo regime nesse sentido só tiveram eco no imaginário popular quando remetidos à tradição imperial ou religiosa. Também já foi discutido como esse tipo de conclusão só faz sentido caso se considere que o povo, *grosso modo*, era monarquista.

O caso do processo pelo qual o mito do herói construído em torno de Nabuco assume caráter republicano, contudo, se refere a momento distinto daquele enfocado por José Murilo. Uma das principais contribuições da obra de Renato Lessa — também já citada em outra parte deste projeto — é chamar atenção para as discontinuidades existentes entre a experiência republicana da última década do século XIX e o modelo institucional que vigora a partir do governo de Campos Sales (1898-1902). A conversão de Nabuco em herói da República relaciona-se com este segundo momento fundador do regime

⁵⁷ CARVALHO, op. cit., p. 14.

⁵⁸ BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano*. op. cit.

⁵⁹ Cf. VIANA FILHO, op. cit. Capítulo IX, Viagem ao Brasil, p. 711-730.

⁶⁰ PEIRANO, Mariza G. S. Prefácio: Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: ____ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 7-14. A citação é da p. 8.

⁶¹ O relato de Viana Filho sobre a recepção de Nabuco no Recife, por exemplo, é explícito neste sentido que se está querendo apontar: “(...) a mocidade tomara a seu cargo recebê-lo festivamente. Também os velhos abolicionistas (...) associaram-se à recepção, enquanto o comércio cerrara as portas. (...) Por mais que o homenageado se esforçasse por dar à recepção um cunho pan-americano, (...) tudo evocava o defensor dos escravos.” Cf. VIANA FILHO, op. cit., p. 715. Também no Rio de Janeiro, segundo o autor, “as manifestações foram estrondosas. (...) Graça [Aranha] (...) fora a alma de tudo (...) De fato, entre aqueles aplausos, o que emergia, numa esplêndida evocação, era a figura do abolicionista.” Idem, *ibidem*, p. 716.

que sucedeu à Monarquia. Como foi apontado naquela primeira discussão das reflexões de Lessa, a referência institucional recusada no governo Campos Sales não é a do Império, mas a dos dez anos anteriores.

Aplicado a um estudo de caso típico desse novo contexto, o mesmo referencial teórico utilizado por Carvalho parece então servir a conclusão um tanto distinta da que foi elaborada por este autor em sua análise do período que o precede e que é então negado como modelo institucional. De acordo com Bronislaw Baczko, “exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.”⁶² O exemplo da (re)construção simbólica em torno da figura de Nabuco pode assim constituir ponto de partida propício a uma análise da apropriação republicana dos significados da Abolição. Nas palavras do próprio José Murilo, “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”.⁶³

Referências Bibliográficas

FONTES

Correspondência. *Arquivo Particular do barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ).

Notícias de jornais brasileiros sobre a política exterior do Brasil na gestão do barão do Rio Branco. *Arquivo Particular do barão do Rio Branco*. Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty (RJ).

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Iconografia de Joaquim Nabuco*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: IJNPS/MEC/DAC, 1975.

Jornal do Comércio. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional (RJ).

O Malho. Seção de Periódicos. Biblioteca Nacional (RJ).

NABUCO, J. *Cartas a amigos* (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). SP: Instituto Progresso Editorial, 1949. 2 v.

_____. *Nabuco e a República*. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990. (República / Fundação Joaquim Nabuco, 6)

_____. *A abolição e a República*. Org. e apresentado por Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Arquivo Histórico do Itamaraty*: catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco. 2ª ed. s.l.: MRE/Departamento de Administração/Seção de Publicações, 1967.

REVISTA Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: Senado Federal, 2001.

Revista da Semana. Arquivo Histórico. Fundação Casa de Rui Barbosa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Anais do Seminário Joaquim Nabuco, o parlamentar, o escritor e o diplomata*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. (Cursos e Conferências, 71)

ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo*. 1950.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

BASTOS, E. Rugai; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (orgs.) *Intelectuais*: sociedade e política, Brasil-França. SP: Cortez, 2003.

⁶² BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. op. cit., p. 299.

⁶³ CARVALHO, op. cit., p. 14.

- BONAFÉ, Luigi. A República e a diplomacia: o Brasil republicano nas cartas de dois monarquistas. *Primeiros Escritos*, nº 10, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/labhoi/pdf/pe10-0.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2004.
- _____. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República (1889-1906)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Depto. de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, [2004].
- BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual e *habitus* de classe [1970]. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 183-191.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. RJ: UFRJ; FGV, 1998.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995
- _____. Da *Pax Britannica* à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*, v. 10, nº 20, p. 231-250, 1997.
- _____. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano*. 5ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 1997. v. 2: sociedade e instituições (1889-1930). Cap. XI: p. 377-400. (HGCB, 9).
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [1ª ed.: 1990]
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand, 1990.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. RJ: Rocco, 1997.
- DANESE, Sérgio França. A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil. *Política Externa*, v. 8, nº 1, p. 98-117, jun. 1999.
- DARCY, James. *Joaquim Nabuco e a República*. Rio de Janeiro, 1928.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. RJ: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIADE, Mircea. *Origens*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *Mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- _____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.
- GALVÃO, W.N.; GOTLIB, N.B. (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*. Estudos sobre cartas. SP: Cia. das Letras, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 244-280, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, v. 9, nº 17, p. 59-84, 1996.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: ____ (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.13-47.
- _____. Através do Brasil: o território e seu povo. In: ____; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 157-197.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 135-161, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, nº 1, p. 5-27, 1988.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, v. 10, nº 19, p. 41-66, 1997.
- HILTON, Ronald. *Joaquim Nabuco e a civilização Anglo-Americana*. 1949.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEÃO, Múcio. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, 1950.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 167-182.
- LOPES, José Sérgio Leite; MARESCA, Sylvain. A morte da “Alegria do Povo”: etnografia de um funeral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 113-134, set. 1992.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997.
- MALATIAN, Teresa. Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. *Estudos Históricos*, v. 13, nº 24, p. 377-392, 1999.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 77-131.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MOURA, Cristina Patriota de. Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, v. 14, nº 25, p. 81-101, 2000.
- _____. *Rio Branco: a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. São Paulo: Topbooks, 1997. 2 v.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, nº 4, p. 172-189, 1989.
- PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da política; 12)
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

Apêndices – Resumo e Sumário da Bibliografia

O “Resumo” e o “Sumário” reproduzidos abaixo foram incluídos neste projeto apenas como apêndices. Não entram, portanto, na contabilidade do número de páginas que ocupa.

RESUMO

Este trabalho se propõe a acompanhar parte significativa da trajetória de vida de Joaquim Nabuco (1849-1910), concentrando-se no processo simbólico pelo qual o líder abolicionista e monarquista é transformado em herói da pátria republicana. Trata-se do período posterior à Proclamação da República no Brasil, quando Nabuco escreve os seus principais trabalhos de caráter histórico ou literário (entre eles *Um Estadista do Império*, que foi considerado a obra-prima do autor e o ponto máximo da historiografia brasileira sobre o Segundo Reinado) e se consagra como um dos principais estadistas do novo regime, através de sua atuação no Corpo Diplomático brasileiro. Traçando um panorama da turbulenta e instável primeira década da República (1889-1899), objetiva-se compreender a mudança de postura de um intelectual, diante do regime político que se empenhara em combater. Relaciona-se sua adesão a esse regime com a estabilização do país e do governo (através de um novo pacto federativo) e com os debates acerca do pan-americanismo, que envolviam concepções distintas sobre a inserção do Brasil no mundo, no bojo da constituição de um projeto nacional republicano e da projeção de uma imagem civilizada do país no exterior. Constituem questões centrais da análise: 1) a construção da imagem de Joaquim Nabuco como modelo de personalidade, de caráter, de patriotismo, de estadista e de intelectual, enfocando a recepção pela imprensa dos resultados de sua atuação na Arbitragem sobre a Questão de Limites do Brasil com a Guiana Inglesa; e 2) a III Conferência Pan-americana de 1906, no Rio de Janeiro, marco da política de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, implementada pelo barão do Rio Branco, e em cuja organização Nabuco está direta e centralmente envolvido, assumindo, no mesmo ano, que “a República é incontestável”. A hipótese do trabalho é a de que Nabuco reconhece o novo regime e converte-se a ele, ainda que pragmaticamente, na medida em que é também reconhecido como ator fundamental para a sua consolidação. Tal dinâmica estaria particularmente evidenciada na recepção que lhe é oferecida pela imprensa, pelas autoridades e por parte da população da capital da República e de sua terra natal, na ocasião de seu retorno ao Brasil em 1906. O argumento defendido sustenta-se, fundamentalmente, na análise de dois tipos de fontes: a correspondência trocada entre Joaquim Nabuco e o barão do Rio Branco no período estudado e a cobertura de periódicos da cidade do Rio de Janeiro à recepção do novo herói republicano e aos eventos relacionados com a III Conferência Pan-americana de 1906.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 — INVENÇÕES REPUBLICANAS

- 1.1 O BARÃO DO RIO BRANCO
- 1.2 JOAQUIM NABUCO
- 1.3 TRAJETÓRIAS HERÓICAS

CAPÍTULO 2 — MEU CARO PARANHOS, MEU CARO NABUCO

- 2.1 A REPÚBLICA NAS CARTAS DE DOIS MONARQUISTAS
- 2.2 FUNCIONÁRIO DA REPÚBLICA, A SERVIÇO DA PÁTRIA
- 2.3 À SOMBRA DO BARÃO

CAPÍTULO 3 — COMO SE FAZ UM HERÓI REPUBLICANO

- 3.1 CONSAGRAÇÃO INTELECTUAL
- 3.2 DERROTA COM SABOR DE VITÓRIA
- 3.3 HERÓI ABOLICIONISTA DA REPÚBLICA
- 3.4 “A REPÚBLICA É INCONTESTÁVEL”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FONTES E BIBLIOGRAFIA

APÊNDICE — CRONOLOGIA

ANEXOS — SELEÇÃO DE CARTAS INÉDITAS